

**The text that follows is a REPRINT  
O texto que segue é um REPRINT.**

Please cite as:

Favor citar como:

Fearnside, P.M. 2010. Sul do Pará: Conflitos de terra. pp. 205-207 In: I.S. Gorayeb (ed.). *Amazônia 2*. RM Graph, Jornal "O Liberal" & Vale, Belém, Pará, Brasil. 384 pp.

Originalmente publicado em *O Liberal* [Belém]  
24 de nov de 2009.

ISBN: 978-85-61628-01-7

Copyright, "O Liberal"/VALE, Belém, Pará, Brasil

The original publication is available from:

A publicação original está disponível de:

"O Liberal"/VALE, Belém, Pará, Brasil

[Parte 2]



SUL DO PARÁ

Monumento em **memória** ao conflito de Eldorado dos Carajás, Pará, 1996. Marco da seriedade e continuidade de uma problemática que se agrava na Amazônia.

EVANDRO CORRÊA

# Conflitos de terra

Violência, migrantes, subsídios, corrupção, dívidas, calotes, anistia etc. marcaram os programas e as políticas públicas.

Texto Philip M. Fearnside

O sul do Pará é uma região de 40 municípios que cobre 49 milhões de hectares, e, periodicamente, é proposto que essa região se torne um estado separado “O Estado de Carajás”, sendo a capital a cidade de Marabá. Esta área é conhecida como a parte da Amazônia onde questões fundiárias são muito

explosivas, com uma série contínua de conflitos violentos de terra entre os pequenos agricultores e os grandes detentores de terras, desde o início dos anos 1970.<sup>(1,2)</sup> Foi nessa área que 19 membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram mortos a tiros por policiais militares em abril de 1996, no massacre de Eldorado dos Carajás, um evento que resultou em mudanças abruptas nas políticas públicas na área. A colonização durante os anos 1970 seguiu o modelo dos Projetos de Colonização Integrado (PICs), pesadamente subsidiados, da Rodovia Transamazônica.<sup>(3-5)</sup> Nos anos 1980, o fluxo de migrantes aumentou dramaticamente, levando à substituição do Instituto Nacional de Colonização e Refor-

**Área onde as questões fundiárias são muito explosivas**

ma Agrária (INCRA) na área em 1980, pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), uma agência militar que realizou expropriações sumárias de terras privadas que não tinham “melhorias” (por exemplo, as que ainda eram florestadas) e fez distribuição rápida da terras em lotes demarcados em áreas de assentamento com infra-estrutura mínima. A terra em volta da área de mineração do Carajás era de prioridade máxima.<sup>(6)</sup>

O GETAT foi extinto em 1987, seguido por um hiato de 11 anos durante os quais a reforma agrária

permaneceu paralisada, até que o INCRA reiniciou atividades na área em novembro de 1996, como resultado do massacre de Eldorado dos Carajás. Enquanto isso, as populações urbanas e rurais desempregadas tinham aumentado muito após o esgotamento da mina de ouro da Serra Pelada, ao término dos anos 1980. As demissões em massa pela companhia que operava as minas de ferro do Carajás (Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, hoje “Vale”), privatizada em 1997, incrementaram a crise. Insuficiências no restabelecimento das 23.871 pessoas deslocadas pela represa de Tucuruí em 1984, também agravaram os problemas sociais.<sup>(7)</sup> Por exemplo, na Área de Assentamento Rio Moju, 60% das famílias que foram transferidas da área do reservatório venderam ou abandonaram os seus lotes nos primeiros seis anos de assentamento.<sup>(8)</sup>

## Migrantes, colonos e lotes

Conflitos entre fazendeiros e posseiros têm sido comuns ao longo do tempo, mas agora conflitos também estão surgindo entre migrantes recém-chegados e os colonos já estabelecidos que têm lotes de 20-25 ha em áreas de assentamento do INCRA, tais como a área Progresso estabelecida em 1987. Áreas como esta contêm populações flutuantes significantes, incluindo migrantes individuais que não se uniram aos movimentos organizados e migrantes que já receberam lotes previamente do INCRA e que agora são desqualificados de serem assentados novamente.

### FRACASSO E SUCESSO

A dificuldade de implantar e manter sistemas de produção sustentáveis em áreas de assentamento na Amazônia é aparente. Entre outras deficiências, os colonos frequentemente têm pouco conhecimento de como administrar uma propriedade, incluindo habilidades administrativas básicas e conhecimento dos problemas especiais de agricultura amazônica. Em alguns casos, como os projetos Palmares I e II, os colonos foram trazidos de favelas nos arredores de Marabá. Moradores de rua urbanos são péssimos agricultores, já que esta profissão requer pelo menos tanto conhecimento especializado quanto empregos urbanos.<sup>(3)</sup> Deveria ser enfatizado que a falta de sucesso de muitos migrantes em projetos de assentamento de governo não é o resultado de qualquer defeito inerente nas pessoas que são assentadas, como às vezes é alegado por funcionários do governo.<sup>(9)</sup> O fracasso é, frequentemente, o resultado da falta de apoio material oportuno e apropriado, assim como também a falta de uma combinação de informações e atitudes que precisam ser adquiridas.

A substituição de lotes é um problema perene que inibe uma redução nas taxas de desmatamento. Quando lotes são abandonados ou vendidos, os donos anteriores se mudam para desmatar em outro lugar. Se abandonado, o lote deixado para trás permanece inalterado durante um período de tempo, mas pode ser invadido

### Estão fugindo com o dinheiro público dos empréstimos

por migrantes sem terra. Se o lote for comprado por uma segunda onda de colonos, é bem provável que seja emendado com outros vizinhos para formar uma pequena fazenda. As dívidas bancárias, incluindo as do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), são ligadas aos lotes, em vez de serem ligadas às pessoas que receberam os empréstimos. Isto serve como um forte estímulo para abandonar os lotes, depois que os recursos do financiamento são recebidos. Isso também torna difícil a venda dos lotes abandonados, já que o comprador teria que herdar as dívidas do dono anterior. Frequentemente, os que abandonam seus lotes estão fugindo com o dinheiro do empréstimo, e dessa forma, o comprador subsequente estaria assumindo a dívida sem um nível correspondente de melhorias no lote, oriundas do investimento dos fundos de financiamento. O resultado é que os bancos ficam com lotes expostos, sujeitos às invasões pela população flutuante.

A extensão agrícola (incluindo serviços educacionais) é essencial para implantar sistemas sustentáveis. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a agência federal para extensão agrícola, têm, nos anos recentes, restringido suas atividades a servir de intermediária para o crédito agrícola, em vez de agir como uma agência de extensão. Em 1997, o INCRA estabeleceu um programa de extensão independente chamado "Projeto Lumiar", que foi extinto em junho de 2000 devido a dificuldades legais. Esse projeto alocou agentes de extensão agrícola para cuidar de colonos em 29 dos 276 projetos de assentamento (11%) no sul do Pará. Os agentes foram espalhados de forma esparsa nos projetos favorecidos; por exemplo, no projeto Palmares II, três agentes cobriam 517 famílias em uma área de 15.000 ha.

Os movimentos sustentam-se em forte **apelo** ideológico e com denúncias de apoio de recursos públicos

## Financiamento e corrupção

ICOR NOTA

Financiamentos do PRONAF concedem até R\$9.500,00 por família para projetos julgados a serem apropriados para a terra de cada assentado, tais como vacas leiteiras para os com pastagem e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) ou mudas de coco (*Cocos nucifera*), ambos irrigados, e para os com floresta. A associação que organiza os colonos em uma área de assentamento pode deduzir 2% dos fundos do PRONAF, com a finalidade de contratar uma empresa privada para fornecer os serviços de extensão. Com frequência, as associações de colonos não foram felizes nas suas escolhas de empresas de extensão. Por exemplo, o assentamento Progresso escolheu uma empresa (AGROPAN) sem agentes de extensão qualificados; o dinheiro acabou e a empresa efetivamente desapareceu.

Problemas crônicos incluem a corrupção em agências de governo e às vezes também entre os dirigentes das associações que, em várias ocasiões, fugiram com os fundos obtidos para as suas associações financiadas pelo PRONAF (por exemplo, a área de assentamento Progresso). Decisões financeiras insustentáveis também são abundantes. Um exemplo foi a associação liderada pelo MST na área de assentamento Palmares II, que aceitou um financiamento generoso, oferecido após o massacre de Eldorado dos Carajás, para obter uma usina mecanizada de farinha de mandioca, uma usina de ração para galinhas, uma usina de leite, um matadouro de galinhas, e vários caminhões e tratores. Com exceção dos veículos e o uso



O aumento do **desmatamento** ilegal infelizmente apresenta índices crescentes associados aos assentamentos

ocasional da usina de ração para galinhas, todas as instalações estão inativas. O financiamento de 10 anos tinha um período de carência de dois anos que expirava em 2001, antes que qualquer produção agrícola significativa fosse esperada.

É importante entender que a agricultura no Brasil recebe subsídios governamentais de muitos tipos, frequentemente incluindo “anistias” nas quais são perdoadas as dívidas não pagas. Isto se aplica tanto aos grandes fazendeiros e agroindústrias quanto aos pequenos agricultores. A situação que ocorreu nos E.U.A. na “bacia de poeira” nos anos 1930, quando os bancos executaram hipotecas inadimplentes, expulsando milhares de pequenos agricultores das suas terras, seria politicamente inconcebível no Brasil contemporâneo. Ao invés disso, o curso normal de eventos no Brasil hoje é a prorro-

### A agricultura no Brasil recebe muitos subsídios e anistia a dívidas

gação dos períodos de empréstimo quando os rendimentos da colheita são pobres, frequentemente terminando em calote.

As experiências dos assentamentos Progresso e Palmares II indicam que, por si só, o apoio material não é suficiente para superar as barreiras ao estabelecimento de agricultura próspera. O sucesso de colonos individuais e de associações de colono depende fortemente de iniciativa individual. Um exemplo é fornecido pela Cooperativa dos Trabalhadores Agro-Extrativistas de Nova Ipixuna (Correntão), onde o apoio material e a liderança local coincidiram na

montagem de uma usina de beneficiamento de cupuaçu, açaí (*Euterpe oleracea*) e outros produtos não madeireiros extraídos da floresta. Embora os recursos limitados para apoio material sempre possam ser direcionados apenas para os projetos com liderança forte, isto não resolveria o problema do que fazer com o resto dos assentamentos. É necessário criar mecanismos para nutrir ativamente a iniciativa.

Tradução abreviada e atualizada de Fearnside, P.M. 2001. Land-tenure issues as factors in environmental destruction in Brazilian Amazonia: The case of southern Pará. *World Development*, 29(8):1361-1372.

**Philip Martin Fearnside** é biólogo, mestre em Zoologia, doutor em Ciências Biológicas e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

## CAMINHOS PARA APROFUNDAMENTOS

- Foweraker, J. 1981. **The struggle for land: a political economy of the pioneer frontier in Brazil, 1930 to the present.** Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido.
- Schminck, M. 1982. Land conflicts in Amazonia. *American Ethnologist*, 9(2):341-357.
- Moran, E.F. 1981. **Developing the Amazon: the social and ecological consequences of government-directed colonization along Brazil's Transamazon**

- highway.** Indiana University Press, Bloomington, Indiana, E.U.A. 292p.
- Smith, N.J.H., 1982. **Rainforest corridors: the Transamazon colonization scheme.** University of California Press, Berkeley, California, E.U.A.
- Fearnside, P.M. 1986a. **Human carrying capacity of the Brazilian rainforest.** Columbia University Press, New York, NY, E.U.A. 293p.
- Fearnside, P.M., 1986b. Agricultural plans

- for Brazil's Grande Carajás Program: lost opportunity for sustainable development? *World Development*, 14(3):385-409.
- Fearnside, P.M. 1999. Social impacts of Brazil's Tucuruí dam. *Environmental Management*, 24(4):485-495.
- Magalhães, S.B. 1994. As grandes hidrelétricas e as populações camponesas. **In: M.A. D'Incao & I.M. Silveira (Eds.). A Amazônia e a crise de modernização.**

- Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará. p.447-456.**
- Almeida, A.W.B. de 1994. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. **In: M.A. D'Incao & I.M. da Silveira (Eds.). A Amazônia e a Crise de Modernização. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará. p.521-537.**

Citação:

.

Fearnside, P.M. 2009. Sul do Pará: Conflitos de terra. pp. 205-207 In: I.S. Gorayeb (ed.).  
*Amazônia*. Jornal "O Liberal"/VALE, Belém, Pará.

Também publicado em *O Liberal* [Belém] 24 de nov de 2009.